

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1593755 - SP
(2019/0293406-1)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
**AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO
DO BRASIL**
ADVOGADOS : ROBERTO EIRAS MESSINA - SP084267
LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI - SP113806
FERNANDA GARAVELLI SILVA E OUTRO(S) -
SP376965
AGRAVADO : ADAUTO MARQUINI
AGRAVADO : MARCIA REGINA VALERA MARQUINI
ADVOGADOS : LEONARDO SEABRA CARDOSO - SP196053
CIBELLY NARDÃO MENDES E OUTRO(S) -
SP191264
PAULA MENDES CHIEBAO DE CASTRO -
SP251844

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA REQUERIDA.

1. Razões do agravo em recurso especial que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade, violando o princípio da dialeticidade, o que autorizou o não conhecimento do reclamo, nos termos do art. 932, inc. III, do CPC/2015.

2. A impugnação tardia do fundamento da decisão que inadmitiu o recurso especial caracteriza indevida inovação recursal, não tendo o condão de infirmar o não conhecimento do agravo, em face da preclusão consumativa. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator